



GT-5 – Política e Economia da Informação

ISSN 2177-3688

BOLHAS DA EXTREMA-DIREITA E VALIDAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESINFORMAÇÃO

BUBBLES OF THE FAR RIGHT E INSTITUTIONAL VALIDATION OF DISINFORMATION

Camilla Machuy - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT),
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Marco Schneider - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT),
Universidade Federal de Fluminense (UFF)

Juliana Campos - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT),

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em andamento sobre a disseminação de desinformação em grupos de extrema-direita brasileiros no Telegram. Analisa seu impacto na formação de teorias da conspiração e mentiras, especialmente relacionadas ao surgimento de um movimento golpista que resultou na destruição dos prédios dos Três Poderes em Brasília, em janeiro de 2023. O estudo utiliza conceitos como aporia, dissonância cognitiva e competência crítica em informação para compreender o fenômeno infossocial, destacando a ameaça que representa para a democracia brasileira. Aborda também a responsabilidade das plataformas digitais na construção desses sistemas de desinformação e a resposta legislativa ao problema. A pesquisa utiliza análise qualitativa de dados coletados nos grupos do Telegram, identificando a disseminação generalizada de desinformação, especialmente relacionada a informações científicas sobre vacinas e medidas de prevenção à COVID-19. Conclui-se que a disseminação de desinformação é um desafio que requer ações conjuntas das plataformas digitais, governo e sociedade para preservar a integridade das informações e proteger a democracia.

Palavras-chave: desinformação; grupos de extrema-direita; democracia; PL 2630.

Abstract: This article presents partial results from ongoing doctoral research. Its aim is to analyze the spread of disinformation within Brazilian far-right groups on the Telegram platform, highlighting its impact on the formation of conspiracy theories and falsehoods. Additionally, it seeks to understand how this disinformation system contributed to the emergence of a coup movement that led to the destruction of the Three Powers buildings in Brasília on January 8, 2023. To achieve this objective, concepts such as aporia, cognitive dissonance, and critical information literacy were explored to shed light on the infossocial phenomenon that poses a threat to Brazilian democracy. The responsibilities of digital platforms in constructing these disinformation systems are also addressed, as well as how the Brazilian legislative branch has responded to this issue. Methodological procedures included qualitative analysis of data collected from Telegram groups, examining the disinformation content, and identifying key conspiracy narratives. The results revealed widespread dissemination of disinformation, refuting scientific information about vaccines, social distancing, and mask-wearing. This disinformation found support and reinforcement in the discourse of the Bolsonaro government, which discredited preventive measures, downplayed the severity of the disease, and promoted unproven treatments. It is concluded that the spread of disinformation is a concerning problem that requires joint actions from digital platforms, the government, and society to preserve information integrity and protect democracy.

Keywords: disinformation; far-right; democracy; PL 2630.

1 INTRODUÇÃO

As plataformas digitais têm se mostrado um ambiente propício para a disseminação acelerada e em larga escala de informações falsas, distorcidas ou manipuladas. De desinformação. Isso se deve, em parte, aos modelos de negócio dessas plataformas, que priorizam o lucro sem levarem em consideração questões éticas e políticas fundamentais, como o compromisso com a verdade factual e com o interesse público, pervertendo a bandeira da liberdade de expressão ao convertê-la em salvo conduto para lucrarem com o crime. Essa situação também tem enfraquecido a confiança pública na mídia tradicional e nas instituições governamentais e científicas (ZUBOFF, 2020; MOROZOV, 2018; RAMONET, 2022; KAKUTANI, 2018). A mídia tradicional, as instituições governamentais e científicas, certamente não podem ser postas fora do alcance da crítica. A questão é a qualidade dessa crítica, sua fundamentação, seus objetivos.

No contexto analisado, destaca-se a ascensão da extrema-direita no Brasil ao longo da última década. O movimento político liderado por Jair Bolsonaro angariou amplo apoio ao mobilizar segmentos da população que se sentiam marginalizados ou insatisfeitos com as elites políticas tradicionais. Por meio de estratégias populistas de comunicação e uma eficaz utilização das redes sociais, Bolsonaro foi capaz de construir uma base sólida de seguidores, que frequentemente aderem a discursos que negam direitos humanos, defendem o conservadorismo social e manifestam um nacionalismo contraditório, do tipo mais reacionário (PINHEIRO-MACHADO, 2019; CESARINO, 2022; CAMPOS MELLO, 2020; ROCHA, 2021). A estratégia por meio do Whatsapp teve sucesso em sua eleição em 2018, mas vem aperfeiçoando seu alcance e suas estratégias, expandindo sua pegada social para outros aplicativos, como descreve Cesarino (2022):

Em 2018, o bolsonarismo se caracterizou por uma dinâmica populista clássica, ou seja, de expansão de cadeias de equivalência¹ para segmentos sociais heterogêneos. Nem todos os segmentos capturados durante o período eleitoral seguiram com a mesma convicção, embora muitos tenham permanecido em sua órbita de formas menos explicitamente políticas. Aqueles que persistiram fiéis ao líder passaram a constituir um núcleo duro do bolsonarismo, no qual o presidente esperava se apoiar nas eleições em 2022 – seja para vencê-la, seja para contestá-la. Esses públicos refratados em plataformas múltiplas se mostraram bastante dinâmicos. Se em 2018

¹ Em ciências sociais e teoria política, o conceito de "cadeia de equivalência" é usado para descrever a formação de alianças políticas entre grupos que têm demandas ou interesses semelhantes. Esses grupos podem não ser necessariamente idênticos ou ter os mesmos objetivos, mas encontram um terreno comum de reivindicações ou necessidades que podem ser unificadas em uma luta política conjunta. A noção de cadeia de equivalência foi desenvolvida pelo sociólogo francês Ernesto Laclau em seu livro "A Razão Populista", em 2005.

sua âncora eram o WhatsApp e o Facebook, outras plataformas foram ganhando força, notadamente o YouTube e, a partir de 2021, o Telegram (CESARINO, 2022. p. 58).

A partir da análise de grupos brasileiros de extrema-direita no aplicativo de mensagens Telegram, foi possível observar uma contestação generalizada ao resultado das últimas eleições de 2022. Nesse ambiente de animosidade, testemunhou-se o surgimento e a organização de uma tentativa de golpe de Estado que culminou na destruição dos prédios dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Diante desse cenário, torna-se oportuno abordar os conceitos de aporia, dissonância cognitiva, pseudo-autoridades cognitivas, cesarismo e contrapublicidade para compreender a fervorosa crença que permeia a atmosfera de desinformação da extrema-direita, sem negligenciar a responsabilidade das redes sociais digitais na construção desses sistemas de desinformação e analisar a resposta do legislativo brasileiro a esse fenômeno, em especial com o projeto de lei contra as Fake News (PL 2630/2020).

É relevante, no entanto, observar a distinção entre a extrema-direita e o bolsonarismo. A extrema-direita é uma categoria ideológica de amplitude global que caracteriza movimentos políticos com posicionamentos conservadores, nacionalistas e autoritários (BOBBIO, 2011; CAMARGO, 2004; MUDDE, 2019). Em contraste, o bolsonarismo se refere especificamente ao fenômeno político associado ao ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro e seu governo. O bolsonarismo é notório por sua liderança populista, retórica anti-establishment, ênfase em questões de segurança pública e abordagem econômica neoliberal, além de ser frequentemente relacionado a posições polêmicas sobre questões sociais, especialmente machistas e racistas (NOBRE, 2022). ; Esta distinção é importante para compreender o contexto político brasileiro, uma vez que o bolsonarismo é uma manifestação específica da extrema-direita em território nacional, delimitada pelas políticas e liderança de Jair Bolsonaro.

2 APORIA E PSEUDO AUTORIDADES COGNITIVAS

Para melhor compreender a dinâmica desses grupos em um ambiente de desinformação, recorreu-se primeiramente à filosofia, uma vez que podemos encontrar paralelos entre questões caras à filosofia e as dinâmicas observadas nos grupos imersos em ambientes de desinformação digital, ainda que por efeito de contraste. A busca pela verdade e pela compreensão do mundo é um tema recorrente em ambos os contextos. O diálogo

platônico Mênon, por exemplo, reflete sobre a natureza das virtudes humanas, a transmissibilidade dos ensinamentos e as etapas que alguém precisa vencer para adquirir conhecimento. Nesse processo, somos introduzidos ao conceito de aporia. Abbagnano descreve o termo como “dúvida objetiva, a dificuldade efetiva de um raciocínio ou da conclusão a que leva um raciocínio” (2007, p. 75). Para Sócrates, essa dúvida, esse reconhecimento do não-saber é condição fundamental para que se aprenda algo. Já o contrário, o não reconhecimento da aporia pode levar a um estado de percepção que não corresponde à realidade. Temos assim o estado de não-aporia, ou seja, o momento em que não há consciência do seu próprio desconhecimento sobre algo, com o estado de afastamento da realidade promovido por alguns sistemas de desinformação que se formaram por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Exploramos aqui a hipótese de que o estado de não-aporia em escala massiva que assola nossa sociedade resulta em alguma medida de dois tipos de sistemas informacionais, bolhas epistêmicas e câmaras de eco. Uma bolha epistêmica é “uma estrutura epistêmica oriunda da arquitetura informacional de comunidades, redes sociais, mídia, entre outras fontes de informação” (NGUYEN, 2018, p. 2). Já uma câmara de eco representa um ambiente de manipulação da confiança, “é uma estrutura epistêmica social na qual vozes externas são ativamente desacreditadas” (NGUYEN, 2018, p. 4).

Para Froehlich (2019), existem duas categorias distintas de autoridades cognitivas: as genuínas e as pseudo. As genuínas são aquelas que passam por um processo racional de avaliação de sua credibilidade e confiabilidade, com base em debates, processos seletivos, pareceres, evidências e conhecimentos avalizados por instituições legítimas. Por outro lado, as pseudo autoridades cognitivas apelam para emoções, preconceitos, generalizações, geralmente perpassando por sentimentos como medo, ressentimento e raiva. Essas pseudo autoridades se beneficiam do apoio das redes digitais para disseminar suas narrativas e influenciar o pensamento público, em parte mediante a deslegitimação de instituições e autoridades cognitivas genuínas, como a própria academia (que, insistimos, não está acima da crítica).

As histórias de notícias falsas, as motivações e as pseudo-autoridades cognitivas são aprimoradas e aceleradas por fatores como a repetição de diversas mídias ecoando as mesmas histórias, a ignorância culturalmente induzida, o efeito Dunning-Kruger, etc. Todos esses fatores culminam em um coletivo autoenganador, espiralado e autorreforçado. A autoridade cognitiva falsa tem sucesso por causa do autoengano, especialmente o autoengano coletivo. Sua autoridade é baseada nas multidões e no

líder, mas é falsa porque não é sustentada por evidências, fatos ou razão. É uma autoridade baseada na emoção. Ela cria uma bolha para seus seguidores que é difícil de romper, mas não apenas isso, eles ridicularizam aqueles que desafiam sua visão da realidade (FROEHLICH, 2019. p. 130).

Esse tipo de lógica pode ser observado em grupos digitais pró-bolsonaro, como é o caso em análise nesse trabalho.

2.1. 08/01/2023: dissonância cognitiva, teorias conspiratórias e contrapublicidade em aplicativos de mensageria

Analisamos conteúdos de quase 170 grupos bolsonaristas observados no Telegram, corpus de pesquisa de doutorado de uma das autorias deste artigo. Os grupos vêm sendo observados desde julho de 2021. Destacamos aqui as interações entre o dia da posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 1 de janeiro de 2023, e 8 de janeiro do mesmo ano, quando houve a invasão aos prédios dos Três Poderes em Brasília. No presente artigo, é possível constatar que uma parcela das mensagens coletadas provém da observação conduzida pela autora em 187 grupos bolsonaristas. Essas mensagens foram obtidas a partir da aplicação do método de observação não-participante ou pesquisa encoberta, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela FioCruz para pesquisas em ambientes virtuais.²

Acredita-se que os atos golpistas tenham sido organizados por meio dessas comunidades online, alimentadas por narrativas falseadas, desinformação e teorias da conspiração. Até julho de 2023, Supremo Tribunal Federal (STF) abriu processos penais contra 1.290 acusados de participação nas ações antidemocráticas³. Ainda há pelo menos oito inquéritos em andamento na Corte com o intuito de investigar aqueles que são apontados como autores intelectuais, instigadores, executores e autoridades com foro privilegiado envolvidos em atos de vandalismo. Bolsonaro é investigado por publicar um vídeo em uma rede social, no qual questiona o sistema eleitoral.

Esses grupos ideologicamente isolados são terreno fértil para a propagação de ideias que fogem ao senso comum ou até mesmo para correntes de pensamento estapafúrdias. Por exemplo, não é incomum encontrar nos referidos grupos informações anticiência, terraplanistas, antivacina e, em alguns, até mesmo ideologia neonazista. Apesar disso, não foi difícil testemunhar a campanha desinformativa com o objetivo de desacreditar as

² De acordo com o documento, esse tipo de pesquisa está prevista na Resolução 510/16, Cap. 1, Art. 2o., XV, que pode ser acessada por meio do link: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

³ Como visto no G1: Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/08/seis-meses-apos-ataques-stf-soma-mais-de-12-mil-reus-por-atos-golpistas.ghtml> Acesso em: 10 de julho de 2023.

eleições de 2022, convocando milhares de pessoas para protestar na frente dos quartéis. Acredita-se que a estratégia tenha sido organizada pelos representantes da extrema-direita brasileira – principalmente empresários das regiões Sul e Centro-Oeste ligados ao agronegócio e à indústria armamentista, de acordo com investigações do Ministério da Justiça⁴ – com a ideia de cancelar um golpe de Estado dado pelas Forças Armadas com o objetivo de “livrar o Brasil do comunismo”. Com essa retórica repetida *ad nauseam*, as redes reproduziam uma série de absurdos que colocavam em dúvida a credibilidade, por exemplo, da posse presidencial e até mesmo da autenticidade da faixa usada por Lula. Como atesta-se abaixo:

Figura 1 – Mensagem compartilhada em grupos bolsonaristas no Telegram



Fonte: Extraído do grupo Bolsonaro 2023 - <https://t.me/PresidenteBolsonaro2022>

Em outro grupo, logo após a posse, constatou-se um sentimento de revolta contra o Exército Brasileiro. O entendimento dos integrantes era que os generais falharam quando não impediram a posse de Lula e, portanto, decepcionaram aqueles que clamavam por “intervenção militar”. Em resposta a esse sentimento, foi possível observar a imagem abaixo:

⁴ Como visto no UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/10/financiamento-atos-golpistas-dino.htm>. Acesso em: 10 jul. 2023.

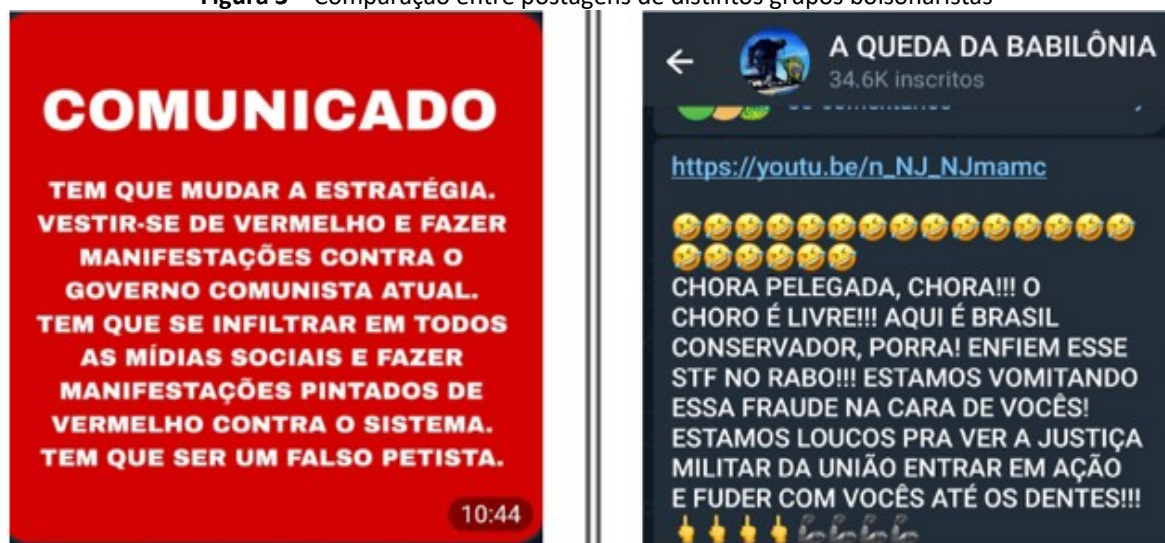
Figura 2 – Mensagem contra a inação do Exército em relação à posse de Lula



Fonte: Extraído do grupo Libertas News – Grupo bloqueado pelo STF

Depois da invasão e depredação dos prédios do Três Poderes em Brasília e péssima repercussão internacional dos atos de vandalismo, os grupos pesquisados se dividiram em dois. Os que apoiaram incondicionalmente os atos de vandalismo e os que negaram participação e, em mais uma estratégia negacionista, creditaram os atos de violência a infiltrados “petistas”.

Figura 3 – Comparação entre postagens de distintos grupos bolsonaristas



Fonte: Extraído do grupo Direita Inteligente com Bolsonaro e A queda da Babilônia, respectivamente

O sistema descrito pelo psicólogo social Leon Festinger em *When Prophecy Fails* operacionaliza a noção de dissonância cognitiva. O livro explora os ajustes psicológicos que ocorrem quando crenças individuais equivocadas são confrontadas com a realidade. Em vez de abandonarem completamente suas convicções, muitos indivíduos recorrem a mecanismos de ajuste cognitivo para explicar a aparente falha de sua crença. Esses mecanismos incluem reinterpretar eventos, reinterpretar sua própria visão de mundo e buscar explicações alternativas. Ou, nas palavras de Festinger:

Imagine que um indivíduo acredite em algo de todo o coração, que tenha tomado ações irrevogáveis por causa disso; finalmente, imagine que ele seja apresentado a evidências inequívocas e inegáveis, de que sua crença está errada; o que vai acontecer? (...) O indivíduo frequentemente se torna ainda mais convencido da verdade de suas crenças do que nunca. Na verdade, ele pode até mostrar um novo fervor em convencer e converter outras pessoas ao seu ponto de vista (FESTINGER; RIECKEN; SCHACHTER, 2008. p. 13).

Não é muito difícil imaginar que esse tipo de fenômeno seja utilizado, por exemplo, por sistemas de poder extremistas para cooptar seguidores e propagar ideologias excludentes. Autora do livro *As Origens do Totalitarismo*, a escritora Hannah Arendt, no texto *Verdade e Política*, demonstra como um sistema totalitário se utiliza de mentiras como arma ideológica:

Como os factos e os acontecimentos – que são sempre engendrados pelos homens vivendo e agindo em conjunto – constituem a própria textura do domínio político, é, naturalmente, a verdade de facto que nos interessa mais aqui. Quando combate a verdade racional, a dominação ultrapassa, por assim dizer, os seus limites. Mas trava batalha no seu próprio terreno quando falsifica e apaga os factos. [...] Os factos e os acontecimentos são coisas infinitamente mais frágeis que os axiomas, as descobertas e as teorias – mesmo as mais loucamente especulativas – produzidas pelo espírito humano; ocorrem no campo perpetuamente modificável dos assuntos humanos, no seu fluxo em que nada é mais permanente que a permanência, relativa, como se sabe, da estrutura do espírito humano. Uma vez perdidos, nenhum esforço racional poderá fazê-los voltar (ARENDDT, 1967. p. 6, tradução nossa).

Igualmente preocupado com a verdade e sua perpetuação histórica, o cientista político Franz Neumann se debruça sobre o sentimento de angústia e como ele pode ser utilizado por líderes cesarísticos⁵ para criar uma falsa sensação de perigo, de perseguição. O medo incutido no imaginário coletivo é o ingrediente perfeito para a criação de teorias da conspiração e serem empregadas de maneira política.

⁵ Para Neumann, o termo "líderes cesarísticos" se refere a uma forma de liderança autoritária e personalista baseada no modelo do líder carismático, mas com traços de autoritarismo e centralização de poder. O termo "cesarístico" deriva do imperador romano Júlio César, que ficou conhecido historicamente por seu poder centralizado e sua habilidade em manter o controle absoluto.

Como as massas esperam pela sua salvação da aflição através de uma absoluta unicidade com uma pessoa, elas atribuem a sua aflição a algumas pessoas, que por meio de uma conspiração trouxeram esta aflição ao mundo. O processo histórico é personificado desta maneira. Ódio, ressentimento e a angústia em relação a tudo que foi produzido por grandes levantes são concentrados em determinadas pessoas que são denunciadas como conspiradora demoníacas. [...] O perigo consiste no fato de que esta imagem da história nunca é completamente falsa, mas sempre contém uma semente de verdade e, de fato, é preciso que a contenha, se quiser um efeito convincente. Quanto mais verdadeira ela for, podemos dizer que menos regressivo é o movimento; quanto mais falsa, tanto mais regressivo. Minha tese é que onde quer que identificações afetivas (ou seja, cesarísticas) com o líder ocorram na política, massas e líder têm a seguinte imagem da história: que a aflição que se abateu sobre as massas foi trazida exclusivamente pela conspiração contra o povo de certas pessoas ou grupos (NEUMANN, 2017. p. 20-21).

Mais recentemente, com o crescimento vertiginoso das plataformas digitais, junto à popularização de smartphones e serviços de mensageria, pode-se observar uma escalada de desinformação articulada com movimentos de extrema-direita e neofascistas. Para Schneider (2022):

O bacilo da peste fascista está crescendo, mesmo nos cantos mais inesperados da “civilização”, e por inúmeras vias, principalmente digitais, ao repetir mentiras, informações referenciais falsas que sustentam crenças forjadas, e às vezes fé cega, as quais legitimam ideologicamente enquanto ignoram os processos de reificação cada vez mais entrópicos em curso – da concentração de fortunas (a ponto de poucos indivíduos possuírem o mesmo que bilhões de outros) às novas estratégias de marketing espúrias para vencer as eleições ao redor do mundo (SCHNEIDER, 2022. p. 49).

Essas argumentações podem ajudar a entender o porquê dos grupos de extrema-direita no aplicativo Telegram ressoarem as mesmas convicções golpistas em seu conteúdo, todos eles favoráveis ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Como explica Cesarino (2022):

Os segmentos mais radicalizados, que passaram a preponderar à medida que as redes pró-Bolsonaro foram encolhendo após 2019 (Nemer, 2020), são aqueles que se desprendem da lógica do reconhecimento universal. Por meio de oscilações que vão gradualmente forçando os limites do sistema em crise, essa lógica alternativa os empurra para um limiar de englobamento pelo seu contrário (no caso, o reconhecimento bifurcado). Isso significa que o tipo de ameaça preconizada no bolsonarismo toma a forma não de uma ruptura linear (como num golpe militar ou guerra civil), mas de tendências difusas e persistentes no sistema sociotécnico como um todo (CESARINO, 2022. p. 48).

Na história política recente é possível observar dois casos emblemáticos da utilização política das redes sociais: a saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump. A estratégia do microdirecionamento, com conteúdos customizados aos usuários, suscitou preocupações sobre manipulação e influência indevida no processo democrático, levantando questões sobre privacidade, ética e transparência no uso de dados para fins políticos. Esses escândalos trouxeram à tona a importância do monitoramento e

regulamentação adequados na era digital, com repercussões duradouras na forma como as campanhas políticas são conduzidas (WYLIE, 2019; KAISER, 2019).

O Brasil também se viu refletido neste fenômeno, em particular durante a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Um dos elementos-chave foi o disparo em massa de mensagens pelo WhatsApp, que teve como objetivo direcionar conteúdo personalizado para grupos específicos de eleitores. Essas mensagens eram projetadas para explorar questões sensíveis e emocionais, com o intuito de influenciar o comportamento do eleitorado e fortalecer a campanha de Bolsonaro, como investigou Campos Mello (2020):

Ao longo dos anos, Carluxo⁶, à frente da estratégia digital do pai, estimulou a criação de uma infinidade de grupos no WhatsApp e no Facebook e identificou influenciadores, as pessoas mais ativas na difusão e criação de mensagens. O WhatsApp era uma peça-chave da abordagem concebida pelo Zero Dois. Os grupos funcionam como listas de transmissão, em que os administradores, aqueles que criaram o grupo, mandam mensagens para os 256 integrantes, número máximo permitido pelas regras da ferramenta. Se uma pessoa acessou um link para se inscrever em um grupo, ela tende a ter um viés de confirmação, ou seja, está predisposta a acreditar no conteúdo que vai receber. Integrantes do grupo, por sua vez, distribuem esse conteúdo para familiares e amigos. [...] Tudo isso faz do WhatsApp um veículo assustadoramente eficiente para disseminar propaganda política — ou desinformação. Na eleição de 2018 no Brasil, um volume colossal de notícias falsas, meias verdades e descontextualizações saturou as redes sociais dos brasileiros (CAMPOS MELLO, 2020. p. 31-34).

É possível dizer que a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas se deu a partir de uma soma de inúmeros fatores que influenciaram o sucesso de sua empreitada, como elucida o estudo Bolsonaro Paradox, investigação que traça a ascensão do bolsonarismo no Brasil, mas que destaca o uso de "contrapublicidade" como um dos principais elementos de sua narrativa:

O paradoxo mais relevante do Bolsonarismo – e da contrapublicidade de direita em geral [...]. Foi justamente o uso da contrapublicidade que legitimou a ascensão de Bolsonaro ao poder em estratos sociais brasileiros que não são de extrema-direita, transformando discursos de ódio em uma retórica aceitável e desejável de incorreção política, dando voz a sentimentos de raiva, revolta e marginalização. Essa dinâmica permitiu uma surpreendente reconfiguração de uma busca por restaurar a legitimidade de sistemas opressores que se tornaram objeto de contestação pública após a redemocratização do Brasil (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021. p. 146).

No entendimento dos autores, o termo significa uma linguagem agressiva repleta de palavras de baixo calão e humor mordaz – politicamente incorreta – com o intuito de

⁶ Carlos Bolsonaro, também conhecido como "Carluxo", é filho do presidente Jair Bolsonaro. Durante o mandato do presidente, ele assumiu um papel ativo nas redes sociais de seu pai, sendo responsável por gerenciar e administrar as contas nas plataformas digitais. Ele também é chamado de "Zero Dois" por ser o segundo filho do ex-presidente.

restabelecer hierarquias tradicionais, valores e estilos de vida, uma estética que se adequou perfeitamente à comunicação nas mídias digitais.

2.2. PL das Fake News

A estratégia perdurou após o início do governo e se estendeu mesmo durante a crise sanitária da pandemia de Covid-19. Aliás, o poder público desempenhou um papel significativo ao disseminar informações falsas e contrárias às evidências científicas, contribuindo para a escalada de desinformação e a erosão da confiança nas instituições e na ciência. A Presidência da República se tornou uma das principais propagadoras de desinformação, desacreditando medidas de prevenção, minimizando a gravidade da doença e promovendo tratamentos sem eficácia comprovada. Com o avanço da pandemia de Covid-19 e as inúmeras distorções das informações sobre a doença e seu combate, os discursos de ódio e o aumento da influência das redes digitais na política, sobretudo na guerra eleitoral, tornou-se urgente a aprovação do projeto de lei (PL) que tivesse como objetivos impedir a propagação de notícias falsas e regular as plataformas digitais de comunicação que atuam no Brasil.

Em resposta a essa situação, foi apresentado ao Senado Federal o projeto de lei PL 2630/2020, conhecido como Lei das Fake News, com o objetivo de regulamentar as empresas de tecnologia e combater a disseminação de notícias falsas. A implementação dessa lei é crucial para lidar com a propagação de desinformação e garantir transparência na internet. De iniciativa do Senador Alessandro Vieira, do partido Cidadania do estado do Sergipe, sua ementa

Estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei (VIEIRA, 2020).

Para compreendermos a importância da implementação da Lei, vamos retornar ao ano de 2020, mesma época da apresentação do PL. O Brasil e o mundo vivendo o caos da pandemia. Diversos países adotaram medidas sanitárias em caráter de urgência para conter a Covid-19, mas o Brasil demorou para decretar emergência sanitária e o Presidente da República à época dos acontecimentos minimizou os riscos da Covid-19:

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve

ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine (BOLSONARO, 2020).

Como é possível discernir a partir desse pronunciamento, o governo federal minimizou os impactos da doença em diferentes níveis. Essa prática é designada por desinformação. A desinformação é a disseminação de informações que podem ser falsas, enganosas ou imprecisas e tem como objetivo a manipulação de ideias. Brisola e Bezerra (2018) indicam que

A desinformação é um conceito antigo que nasce ligado a projetos militares de contrainformação e espionagem, mas extrapola para os meios de comunicação e para aparelhos privados e estatais. A desinformação pode estar presente em livros de história ou em discursos políticos, em histórias em quadrinhos ou em jornais de ampla circulação (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3319).

A desinformação envolve “informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde” (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3319). Indicada como distorção da realidade, a desinformação visa, como uma de suas razões, a mobilização de pessoas ao redor de uma informação que faz sentido dentro de sua lógica de pensamento. Ela mobiliza pelo convencimento, exercido ao nível de afeto. É criada a partir de uma agenda específica.

Diante da dominação da lógica neoliberal na contemporaneidade jornalística, se desenvolve a hegemonia da irracionalidade, de acordo com Souza (2019). Esse ponto é importante para a compreensão das lógicas de produção de informações na atualidade, em que o que importa não é a checagem da informação, mas como ela afeta quem a recebe. Porém, é preciso apontar que o contraponto ao irracionalismo, o neopositivismo, também cria pretensas verdades absolutas que, ao invés de resolver os problemas que emergem sob o aspecto de desinformação, acirram disputas.

O racionalismo de tom neopositivista que se rende às demandas do capital é o outro lado do irracionalismo que se sedimenta no imaginário popular como visão de mundo que esvazia a compreensão humana da realidade concreta, assim como incentiva a falta de cultivo da vida sentimental. A manipulação das emoções com finalidades políticas serviu à ordem burguesa reserva para os homens o despertar de seu lado agressivo, possibilitando atos de preconceito aliados ao estranhamento dos sentidos humanos (SOUZA, 2019, p. 10).

Nesse sentido, polarizações que dicotomizam as subjetividades resultam em integração ou deslegitimação discursivas que aprofundam problemas preexistentes.

Pesquisadores, funcionários da área da saúde, especialistas em cuidados pessoais e de higiene, assim como outros membros da sociedade civil, buscaram apresentar medidas contra a propagação do vírus. Como razão para disseminação de desinformação, o presidente da República Jair Bolsonaro havia dito que a economia não deveria parar por conta do novo coronavírus em uma conferência com empresários, no início do estabelecimento de estado de emergência (CNN BRASIL, 2020). Esse discurso dicotomizou a sustentação econômica com a possibilidade de viver. Em outras palavras: a vida foi considerada impedimento para ampliação de rendimentos e da circulação econômica.

Segundo a Agência Senado (2021), o diretor do Instituto Butantan – uma das responsáveis pela produção de vacinas no Brasil –, Dimas Covas, apontou que a primeira oferta para compra de vacinas foi feita em julho de 2020, quando o desenvolvimento das vacinas já estava completo e os primeiros testes já estavam em andamento. Diante do caos da pandemia de Covid-19, era urgente que medidas imediatas fossem tomadas. Porém, por meio de depoimentos prestados em uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou as compras de imunizantes contra a doença durante o período pandêmico, observou-se movimentos que implicaram na dificuldade do governo da época em negociar. Como indicam Fleury e Fava (2022), ao comparar a aplicação de imunizantes durante a pandemia de Covid-19 à realidade vivida durante a Revolta da Vacina,

A vacinação contra a Covid-19, como na Revolta da Vacina no início do século XX, demonstrou ser um excepcional analisador da economia política e da sociabilidade brasileira. Enquanto, na Revolta da Vacina, o Presidente impulsionou a vacinação obrigatória, o que provocou a rebelião militar e popular; no caso atual, o Presidente foi o principal obstáculo para o País conseguir definir uma política de isolamento e de desenvolvimento e compra de vacinas, compatível com o enfrentamento da pandemia. Nos dois casos, no entanto, o debate acerca do combate ao vírus tornou a vacina a principal arena política na qual as disputas por poder ocorreram (FLEURY; FAVA, 2022, p. 260).

Ainda segundo as autoras, mesmo com a capilaridade do Sistema Único de Saúde (SUS), a vacinação não obteve mais êxito porque não houve uma imediata preocupação com o processo de imunização por parte do Governo Federal. Houve no mínimo omissão, ainda que nos outros níveis (estadual e municipal) houvesse interesse na vacinação.

A forma de lidar com a pandemia pela maior liderança do País, representada pelo Presidente Jair Bolsonaro, minou as capacidades institucionais e a confiança social, tanto por disputas simbólicas quanto por medidas de ação, como a militarização do MS e a inação na compra de vacinas ofertadas pelos produtores. Fundamentalmente, o MS omitiu-se na coordenação federativa, eximindo-se quanto à utilização do poder de compra do MS para redução dos preços na importação de insumos e vacinas, à participação efetiva na demanda nacional ao consórcio criado

pela OMS, às campanhas de esclarecimentos para a população, à agilidade na compra de diferentes vacinas oferecidas no mercado nacional, à coordenação da logística e definição de protocolos, à definição de um cronograma nacional de vacinação (FLEURY; FAVA, 2022, p. 257).

Ainda, para além das discussões da ordem econômica, houve o processo de desinformação realizado pelo presidente da república do Brasil naquela época sobre a vacinação. Bolsonaro, em um evento em Porto Seguro (BA) realizou o seguinte pronunciamento:

Se você virar um chi... virar um jacaré, é problema de você, pô. Não vou falar outro bicho, porque vão pensar que eu vou falar besteira aqui, né? Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso. Ou, o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas (BOLSONARO, 2020 *apud* PEDRIALI, 2021).

Figura 4 – Charge sobre o pronunciamento do ex-presidente brasileiro



Fonte: Blog do Amarildo, 2020.

O trecho citado acima também sugere o racismo presente no discurso do ex-presidente, diante da supressão da palavra “chimpanzé” e dizer que “não via falar outro bicho, porque vão pensar que ele vai falar besteira”, uma vez que o animal é constantemente apontado como representação do racismo que bestializa pessoas negras. Além disso, ao utilizar a imagem de jacaré, aponta sobre possíveis problemas que a vacinação poderia implicar em pessoas, intensificado ao falar sobre a possibilidade de “mexer no sistema imunológico das pessoas”. Tal pronunciamento teve um potencial de desmobilização da população na investida de aplicação de imunizantes.

Logo, todo o processo de mercantilização da vacina foi atravessado pelo fator político. O ponto de vista conservador da política da “situação” impediu uma atuação mais exitosa por parte do governo federal, o que levou a população a uma situação de desamparo no que tange a saúde pública. Mais recentemente, a inação das plataformas digitais e serviços de mensageria diante do compartilhamento livre de estímulos e glorificação do assassinato de crianças em escolas brasileiras reacendeu o debate regulatório em torno do PL 2630/2020. Em caso de aprovação, plataformas serão responsabilizadas pela propagação de conteúdos com viés de desinformação, que se enquadrem em crimes tipificados pela Lei Brasileira como o caso dos crimes ao Estado Democrático de Direito, racismo, terrorismo etc.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual é o caminho para se adquirir conhecimento verdadeiro? Quais são os obstáculos que impedem alguém de superar a dúvida? Por que é cada vez mais comum que grupos se isolem em bolhas de eco e se distanciem da realidade através de um ambiente de desinformação digital em rede (DDR) (SCHNEIDER, 2022)? Por que é cada vez mais comum a propagação de mentiras de maneira intencional nessas redes? Por que tem granjeado tamanha popularidade as mais escabrosas, irracionais e reacionárias? Qual é o papel das plataformas digitais nesse processo e qual é o papel do Estado na punição desses crimes?

Essas foram algumas das perguntas que conduziram à elaboração deste trabalho. Embora tenhamos corrido o risco de não as responder a contento, buscamos lançar alguma luz no complexo sistema de desinformação que criou raízes na sociedade brasileira nos últimos anos, recorrendo metodologicamente à etnografia digital, mediada pela economia política da informação e pela psicologia social.

Apesar de tantas provas, vários dos conteúdos acessados para a realização do presente artigo continuam disponíveis e de fácil acesso no Telegram. Nesse sentido, aponta-se as *big tech* como um dos fatores centrais para a propagação de desinformação intencional e em massa. No entanto, a maioria delas – como Meta, Google, Twitter e Telegram – ainda não tomaram providências efetivas sobre a questão. O pesquisador bielorusso Evgeny Morozov resume a questão: “Sob a ótica das plataformas digitais, as fake news são apenas as notícias mais lucrativas” (MOROZOV, 2018. p. 12). Ao mesmo tempo ele entende que o “problema não são as fake news, e sim a velocidade e a facilidade de sua disseminação, e

isso acontece principalmente porque o capitalismo digital de hoje faz com que seja altamente rentável". (MOROZOV, 2018. p. 191)

O conceito de "capitalismo digital", como descrito por Morozov, encontra paralelos com a visão de Shoshana Zuboff sobre o "capitalismo de vigilância". Zuboff alerta para o uso não consensual e dissimulado da informação pessoal dos usuários como matéria-prima para práticas comerciais de "extração, previsão e vendas". Essa prática está intrinsecamente ligada a uma "arquitetura global de modificação de comportamento", visando uma "concentração de riqueza, conhecimento e poder sem precedentes na história da humanidade" (Zuboff, 2021, p. 7). Nesse contexto, empresas trilionárias extraem e refinam dados dos usuários, sem consentimento, para direcionar anúncios de acordo com as necessidades – reais ou induzidas – das pessoas. Portanto, se o conteúdo falso gera mais engajamento, e, portanto, mais lucro, é ele que terá mais visibilidade na plataforma, não interessando o quão perigoso ou arriscado para a saúde pública ou para a democracia ele pode ser. Essa lógica serve para produtos e favorecimento político.

O caso do Brasil tem se tornado objeto de pesquisa por parte de acadêmicos brasileiros e estrangeiros devido à interseção entre dois fenômenos significativos: a disseminação da desinformação online e o crescimento da extrema-direita, que resultou na eleição de Jair Bolsonaro como presidente (DA EMPOLI, 2018; TEITELBAUM, 2021; OZAWA *et al*, 2023; DI NUBILA *et al*, 2023) e numa quantidade gigantesca de mortes evitáveis por Covid-19. Segundo o respeitado epidemiologista Pedro Hallal (Mattos, Borges, Resende, 2021), da ordem das centenas de milhares.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

AGÊNCIA SENADO. **Brasil poderia ter sido primeiro do mundo a vacinar, afirma Dimas Covas à CPI**. Brasília: 27/05/2021. Disponível em: <https://shre.ink/rDAO>. Acesso em: 8 fev. 2024.

ARENDDT, Hannah. **Truth and Politics**. Nova York: The New Yorker, 1967. Disponível em: https://blogs.law.columbia.edu/praxis1313/files/2018/08/Arendt_-Truth-and-Politics-LQ.pdf Acesso em: 8 fev. 2024.

BEZERRA, Arthur; BRISOLA, Anna. Desinformação e circulação de "fake news": distinções, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA

INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UNESP, 2018. p.3316-3330. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/102819>. Acesso em: 8 fev. 2024.

BLOG DO AMARILDO. **Virou Jacaré**. Online: 23 dez. 2020. Disponível em: <https://amarildocharge.wordpress.com/2020/12/23/virou-jacare/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 2011.

CAMARGO, Cláudio. No reino das trevas. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Faces do fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004.

CAMPOS MELLO, Patrícia. **A Máquina do Ódio**: Notas de uma Repórter sobre Fake News e Violência Digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CESARINO, Letícia. **O Mundo do Averso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CNN BRASIL. Economia não pode parar por causa do novo coronavírus, diz Bolsonaro. **CNN BRASIL**, São Paulo, 22 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/economia-nao-pode-parar-por-cao-do-coronavirus-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

DA EMPOLI, Giuliano. **Engenheiros do caos**: Como a desinformação e os algoritmos estão moldando o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DI NUBILA, Karina; BALLESTEROS-HERENCIA, Carlos; ETURA, Dúnia; MARTÍN-JIMÉNEZ, Virgínia. Technopopulism and Politainment in Brazil: Bolsonaro Government's Weekly YouTube Broadcasts. **Media and Communication**, v. 11, n. 2, p. 137-147, 2023. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/6470>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

FESTINGER, Leon; RIECKEN, Henry; SCHACHTER, Stanley. **When Prophecy Fails**. Londres: Pinter & Martin, 2008.

FLEURY, S.; FAVA, V. Vacina contra Covid-19: arena da disputa federativa brasileira. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 248–264, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/hwxmcr3jKnc3vvrLhXZtYb/?lang=pt>. Acesso em: 8 fev. 2024.

FROELICH, Thomas J. The role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of fake news. **Open Information Science**, v. 3, n. 1, p. 115-136, 2019. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/opis-2019-0009/html>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MATTOS, Marcela; BORGES, Beatriz; RESENDE, Sara. Epidemiologista diz à CPI da Covid que cerca de 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas. **G1**, Brasília, 24 jun. 2021. Disponível

em: <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/06/24/epidemiologista-diz-a-cpi-da-covid-que-cerca-de-400-mil-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2023.

KAISER, Brittany. **Manipulados**: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque. São Paulo: HarperCollins, 2019.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MUDDE, Cass. **The Far Right Today**. Polity Press, 2019

NEUMANN, Franz. Angústia e Política. Dissonância: **Revista de Teoria Crítica**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 104-154, 2017.

NGUYEN, Christopher Thi. Echo Chambers and Epistemic Bubbles, **Episteme**, v. 17, n. 2, p. 141-161. 2018. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/episteme/article/echo-chambers-and-epistemic-bubbles/5D4AC3A808C538E17C50A7C09EC706F0>. Acesso em: 20 jun. 2023.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

OZAWA, J.; LUKITO, J.; LEE, T.; VARMA, A.; ALVES, R. Attacks Against Journalists in Brazil: Catalyzing Effects and Resilience During Jair Bolsonaro's Government. **The International Journal of Press/Politics**, 2023. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/19401612231182618>. Acesso em: 5 mar. 2024.

PEDRIALI, José. Site ironiza Bolsonaro e mostra que ninguém virou jacaré após tomar vacina. **José Pedriali doa a quem doer**, [s. l.], 5 jan. 2021. Disponível em:

<http://www.josepedriali.com.br/2021/01/site-ironiza-bolsonaro-e-mostra-que.html>. Acesso em: 8 fev. 2024.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2019.

RAMONET, Ignacio. **La era del conspiracionismo**: Trump, el culto a la mentira y el asalto al Capitolio. Siglo Veinteuno editores. Buenos Aires: 2022.

ROCHA, Camila; SOLANO, Ester; MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro Paradox**: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil. Londres: Springer, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SOUZA, R. “Fake news”, pós-verdade e sociedade do capital: o irracionalismo como motor da desinformação jornalística. **Revista FAMECOS**, v. 26, n. 3, p. e33105, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/33105>
Acesso em: 8 fev. 2024.

SCHNEIDER, Marco. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake News e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela eternidade**: O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

VIEIRA, A. **Projeto de Lei nº 2630/2020**. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>. Acesso em: 8 de fev. 2024.

WYLIE, Christopher. **Mindf*ck**: Cambridge Analytica and the Plot to Break America. Random House, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.